

# EXISTE UM CORPO PADRÃO?: percepções de alunos sobre a atuação profissional de uma professora de Educação Física com deficiência física

Fabrício de Paula Santos<sup>1</sup>

Marco Antônio Melo Franco<sup>2</sup>

## RESUMO

O estudo objetivou investigar as percepções dos alunos sobre a prática profissional de uma professora de Educação Física com deficiência física. Trata-se de um estudo qualitativo no qual participaram 4 alunos acompanhados pela professora em atividade de *personal trainer*. Para coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Para análise dos dados, foram construídas quatro categorias, sendo elas: capacitismo; estética, corpo e padronização; preconceito e estigma e acessibilidade arquitetônica. Como resultados foi possível identificar a presença de preconceito manifestado por meio de posicionamentos dos alunos sobre a relação corpo e eficiência. Observa-se também que a valorização do corpo do profissional de Educação Física ainda carrega o pensamento estereotipado de um corpo esteticamente padronizado. Aspectos relacionados ao estigma e preconceito podem ser identificado em falas que afirmam que a profissão de *personal trainer* para pessoas com deficiência física é impensada ou foge à concepção de normalidade. O estudo conclui que as percepções dos alunos acerca da atuação profissional da *personal trainer* evidenciam aspectos capacitistas e se apresentam carregadas de estigma e preconceito.

**Palavras-chave:** Deficiência física. Preconceito. Acessibilidade.

## IS THERE A STANDARD BODY?: students' perceptions about the professional performance of a physical education teacher with a physical disability

## ABSTRACT

The study aimed to investigate how students' perceptions are manifested about the professional practice of a physical education teacher with a physical disability. This is a qualitative study in which 4 students participated, accompanied by the teacher in personal trainer activity. For data collection, semi-structured interviews were carried

<sup>1</sup>Doutorando em Educação, UFOP. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil; Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFOP). Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7199-6181>. E-mail: [fabricao\\_fps@yahoo.com.br](mailto:fabricao_fps@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Doutor em Ciências da Saúde, UFMG. Professor Associado do Departamento de Educação (DEEDU/UFOP) e do Programa de Pós-graduação em Educação- PPGE/UFOP- do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto- UFOP, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. (Ouro Preto, Brasil). Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-0159-4109>. E-mail: [mamf.franco@gmail.com](mailto:mamf.franco@gmail.com).

out. For data analysis, four categories were constructed, namely: capacitism; aesthetics, body and standardization; prejudice and stigma and architectural accessibility. As a result, it was possible to identify the presence of prejudice manifested through the students' positions on the relationship between body and efficiency. It is also observed that the valuation of the Physical Education professional's body still carries the stereotyped thought of an aesthetically standardized body. Aspects related to stigma and prejudice can be identified in statements that claim that the profession of personal trainer for people with physical disabilities is thoughtless or goes beyond the concept of normality. The study concludes that the students' perceptions about the professional performance of the personal trainer are evidence of capacitating aspects and are loaded with stigma and prejudice.

**Keywords:** Physical disability. Prejudice. Accessibility

## **EXISTE UN CUERPO ESTÁNDAR?: las percepciones de los estudiantes sobre el desempeño profesional de un profesor de educación física con discapacidad física**

### **RESUMEN**

El estudio tuvo como objetivo investigar cómo se manifiestan las percepciones de los estudiantes sobre la práctica profesional de un profesor de educación física con discapacidad física. Se trata de un estudio cualitativo en el que participaron 4 alumnos, acompañados del profesor en actividad de entrenador personal. Para la recolección de datos se realizaron entrevistas semiestructuradas. Para el análisis de los datos se construyeron cuatro categorías, a saber: capacitismo; estética, cuerpo y estandarización; prejuicio y estigma y accesibilidad arquitectónica. Como resultado, fue posible identificar la presencia de prejuicios manifestados a través de las posiciones de los estudiantes sobre la relación entre cuerpo y eficiencia. También se observa que la valoración del cuerpo del profesional de la Educación Física todavía lleva el pensamiento estereotipado de un cuerpo estéticamente estandarizado. Se pueden identificar aspectos relacionados con el estigma y el prejuicio en declaraciones que afirman que la profesión de entrenador personal para personas con discapacidad física es irreflexiva o va más allá del concepto de normalidad. El estudio concluye que las percepciones de los estudiantes sobre el desempeño profesional del entrenador personal evidencian aspectos capacitadores y están cargadas de estigma y prejuicio.

**Palabras clave:** Deficiência física. Prejuicio. Accesibilidad.

### **INTRODUÇÃO**

Historicamente, diferentes concepções e interpretações sobre a deficiência foram atribuídas às pessoas com deficiência. Olhares atravessados pelo misticismo, pela anormalidade e carregados de superstições, por muito tempo excluíram essas pessoas dos direitos à vida, à educação e à inclusão social (PIECZKOWSKI; GAVENDA, 2021). Na

contemporaneidade, apesar dos avanços nos estudos sobre deficiência (*Disability Studies*), das leis que garantem acesso e inclusão dessas pessoas nos diferentes espaços sociais e do maior diálogo social sobre o tema, ainda percebemos, em dimensões significativas, crenças estigmatizantes (FERNANDES, 2017).

São criados estereótipos e estigmas que fixam uma ideia negativa e/ou pejorativa a respeito do outro que não está classificado e pautado dentro dos padrões sociais preestabelecidos. Hall (2016) faz uma crítica aos estereótipos sociais, enfatizando que o estereótipo “limita” as pessoas e as classifica de acordo com sua cultura, no caso, o sujeito normal e o anormal. Esse tipo de categorização reforça a ideia da segregação e exclusão daqueles que não se enquadram em determinados modelos hegemônicos de sociedade (APPIAH, 1997).

Nesse sentido, essa categorização dos sujeitos resulta, frequentemente, na marginalização e exclusão (real e/ou simbólica) de diversos grupos de pessoas que, devido às suas características físicas, intelectuais, de desenvolvimento, culturais, de gênero, etnia, sofrem diferentes formas de desigualdade e preconceito (REIS; ARAÚJO; GLAT, 2019). Nas relações sociais, as pessoas com alguma deficiência, passam por experiência de invisibilidade pautada por situações de negação e de não pertencimento ao campo da normalidade (KIM, 2013).

Trata-se de um estudo de caso de uma profissional de Educação Física com deficiência física adquirida, especificamente lesão medular, decorrente de um acidente automobilístico ocorrido antes do seu início na graduação. O objetivo deste estudo é investigar as percepções dos alunos sobre a prática profissional da *personal trainer*.

## **A DEFICIÊNCIA E SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA ESTEREOTIPADA**

Considerando a organização e a ordem social como historicamente construída e geradora de privilégios de determinados grupos socialmente e politicamente hegemônicos, torna-se necessário fazer uma distinção conceitual entre igualdade e diferença para pensarmos processos de

privilégio e de segregação. Aqui, a igualdade e a diferença não podem ser consideradas como oponentes. Assim como Candau (2012), entendemos que o oposto de diferença é a normalidade ou a padronização. Para a autora, diferença e igualdade de direitos, por exemplo, fazem parte de perspectivas semelhantes. “De fato, a igualdade não está oposta à diferença, e sim à desigualdade, e diferença não se opõe à igualdade e sim à padronização, à produção em série, à uniformização” (CANDAU, 2012, p. 208).

Geralmente, a diferença aparece para distinguir um sujeito de outro e reforçar o seu não pertencimento a um determinado grupo. Esse é um dos contextos em que o conceito de estereótipo emerge assim como os comportamentos de exclusão. A forma como a diferença é interpretada tem sido uma preocupação constante e recorrente na representação de pessoas estereotipadas. O estereótipo faz parte do imaginário social e cultural os quais, muitas vezes, são excludentes e marginalizam o diferente. A respeito da estereotipagem, afirma Hall:

A estereotipagem, em outras palavras, é a parte da manutenção da ordem social e simbólica. Ela estabelece uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “pervertido”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o “pertence” e o que não pertence ou é o “Outro”, entre pessoas de dentro e “forasteiros”, entre nós e eles (HALL, 2016. p. 192).

A pessoa com deficiência, ao longo da história, foi entendida, percebida ou compreendida de acordo com a cultura e a sociedade na qual está inserida a partir de um conjunto de representações sociais que a categorizam (PEREIRA, 2008). Sendo o tema da deficiência multidisciplinar e historicamente construído, é importante percebê-lo sob o prisma dos chamados de modelos explicativos da deficiência. Estes modelos buscam entender a deficiência sobre enfoques específicos como, o modelo religioso, o médico e o social, ou definido por alguns autores como modelo sociocultural.

Segundo Pereira (2008), a perspectiva religiosa sobre a pessoa com deficiência, desde a antiguidade até a presente data, caracteriza-se no campo sobrenatural, místico. Para contextualizar esta perspectiva sobre a

pessoa com deficiência, abordam-se dois sentidos: o primeiro da aceitação, tolerância ou apoio e o segundo pela exterminação, eliminação ou menosprezo.

No primeiro, as pessoas que estão à margem do grupo principal devido a doenças, acidentes, velhice ou deficiência física são em geral aceitas das mais variadas maneiras, incluindo-se a tolerância pura e simples, chegando até o tratamento carinhoso, ao recebimento de honrarias e à obtenção de um papel relevante na comunidade. No segundo, todavia, essas mesmas pessoas são rejeitadas de diversas formas, incluindo-se desde o abandono à própria sorte em ambientes agrestes e perigosos, até a morte violenta, morte por inanição ou próprio banimento (SILVA, 1987, p. 23). De acordo com Piccolo (2015), efetivamente a deficiência não passava despercebida nestes tempos históricos e a deformidade do corpo era vista em termos sinonímicos a deformidade da alma.

Por conseguinte, a perspectiva médica surge a partir do avanço das ciências e, por tratar da racionalidade, ela se opõe ao conhecimento de base religiosa ou mística que estabelecia uma relação de causalidade entre a lesão e a deficiência, transformando essa última em objeto de controle biomédico. O modelo médico se perpetua ao longo dos tempos e, na atualidade, ainda se torna hegemônico para as políticas de bem-estar. Nesse modelo o binômio capacidade e incapacidade se encontram bastante presentes definindo experiências de segregação, desemprego, baixa escolaridade, entre tantas outras variações, característica de ordens opressoras, que definem o corpo lesado como inábil para o trabalho produtivo (DINIZ, 2012, p. 24). Neste momento, importa asseverar que o conceito de deficiência tal qual conhecemos hoje foi fortemente influenciado pela ascensão do positivismo (PICCOLO, 2022a) tendo o saber médico como guardião das práticas normativas.

É importante destacar que o modelo médico tem por base o princípio da normalidade. Nesse sentido, pressupõe que a deficiência se encontra localizada no sujeito que a possui. Essa concepção reforça modelos excludentes que se caracterizam por depositar na cura a possibilidade de

normalização do sujeito. Assim como o modelo religioso a cura está na centralidade, não havendo perspectiva de se compreender a deficiência que não seja diretamente atrelada à pessoa com deficiência.

Já a perspectiva social da deficiência, surge a partir do movimento que se iniciou na década de 60 e contava com a participação de pessoas com deficiência que denunciavam os modelos excludentes que a antecederam (PEREIRA, 2008). Essa perspectiva promove uma mudança de concepção retirando do corpo com deficiência a responsabilidade por ela e repassando-a à sociedade e à sua forma de organização. De acordo com Diniz (2012), a deficiência passou a ser entendida como uma forma particular de opressão social, não sendo matéria exclusiva dos saberes biomédicos, mas principalmente de ações políticas e de intervenção do Estado (PEREIRA, 2008).

De acordo com Piccolo (2022b), o modelo social se configura como um novo campo epistemológico no estudo da deficiência. Sua origem não fora forjada nos corredores da academia, mas por atos de resistência política por ativistas com deficiência. Uma das questões mais caras ao modelo social da deficiência, segundo o autor, é que as pessoas com deficiência precisam ser ouvidas na sociedade como agentes promotores de sua história, assim como de qualquer grupo ativista: que ninguém construa algo sobre alguém sem a presença deste sujeito.

Sendo a deficiência, culturalmente, uma marca indissociável da pessoa com deficiência, é possível dizer que a leitura social que se faz da pessoa com deficiência, geralmente, é atravessada por olhares preconceituosos e estereotipados. O resultado disso tem sido a perpetuação do estigma e a responsabilização desse sujeito, atribuindo a ele a marca da incapacidade. Os sentidos da palavra estigma foram associados de acordo com o contexto histórico em que o termo foi utilizado (GOFFMAN, 1998).

O estigma é uma etimologia que faz referência a um atributo profundamente depreciativo da pessoa, negando a humanização plena aos sujeitos a quem são conferidos esses rótulos depreciativos (PICCOLO, 2022a, p. 185).

Para se opor a ideia de desqualificação desse corpo com deficiência física, a diferenciação entre incapacidade/lesão e deficiência foi importante para o modelo social. De acordo com Piccolo (2022a), a primeira sendo vista como a falta de parte ou totalidade de um membro, referindo-se as condições biofísicas do sujeito. Já a segunda, trata-se da desvantagem ou restrição de atividade causada por uma organização social contemporânea.

Em termos de conceituação, a deficiência física é definida como alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, excluindo-se as deformidades estéticas e outras que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004). Porém, segundo Andrade e Araújo (2018), ainda que essa definição considere aspectos motores do desempenho em situações de vida, a questão da influência social na identificação da deficiência precisa ser esclarecida, ou seja, a discussão deve levar em consideração também os aspectos sociais desses indivíduos para a construção do conhecimento. Tanto que, para a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), apresenta uma definição de deficiência considerando de um lado a definição médica e de outro a definição social de deficiência (OMS, 2013).

7

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Minayo (1999), na pesquisa qualitativa, existem múltiplas possibilidades de abordagens metodológicas. Desse modo, a metodologia inclui um conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade, concepções teóricas de abordagens diversas, como também a capacidade criativa do pesquisador.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da FUMEC (CEP/FUMEC), sob parecer de número 3.376.826. Como parte integrante dos procedimentos éticos aprovados, a entrevista foi realizada de forma presencial. Os participantes receberam uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo lido e assinado.

Para a realização das entrevistas, partimos de um questionário previamente elaborado, composto por seis perguntas abertas sobre três temas: (i) capacitismo, (ii) estigma e preconceito e (iii) acessibilidade, levando em consideração a atuação profissional da professora. As entrevistas ocorreram individualmente e duraram em média 30 minutos.

## PARTICIPANTES DA PESQUISA

Participaram desta pesquisa quatro alunos da *personal trainer* com deficiência física. A seleção dos participantes foi realizada em três etapas. Na primeira, verificamos com a professora o quantitativo de alunos atendidos por ela, no período da pesquisa. No total, segundo a profissional, seriam quatro alunos atendidos. A seleção da amostra se orientou pelos seguintes critérios:

- ser aluno (a) da *personal trainer*, no momento da pesquisa, independente do tempo de acompanhamento;
- o aluno (a) deveria ter idade superior a 18 anos;
- o aluno (a) deveria ser atendido presencialmente;

Após seguir tais critérios, chegou-se a uma amostra de quatro alunos. O próximo passo foi o de estabelecer contato com os alunos e propor a participação na pesquisa. Todos os alunos concordaram com a participação, assinando o TCLE. A seguir apresentamos um quadro demonstrativo para melhor compreensão da participação dos alunos, na pesquisa.

### QUADRO 1 - Caracterização da amostra

Nomes dos participantes da pesquisa <sup>3</sup>	Tempo de prática com a <i>personal trainer</i>
Aluna 1- Sônia	5 anos
Aluno 2- Thiago	4 meses
Aluna 3- Teresa	1 ano
Aluna 4- Cristina	10 anos

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

Como é possível observar, o tempo de prática dos alunos acompanhados pela profissional eram distintos. Ficou indicado que alguns alunos tinham acompanhamento por muitos anos e outros alguns meses.

<sup>3</sup> Os nomes dos alunos são pseudônimos

Como forma de resguardar a identidade dos participantes da pesquisa, usamos aqui pseudônimos para nos referirmos aos mesmos.

## **PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS**

Para a coleta de dados optamos pela entrevista semiestruturada uma vez que ela nos permite elaborar um roteiro e a partir dele conduzir a entrevista com o objetivo de responder ao objeto de investigação. Foram entrevistados os quatro alunos da referida professora. As entrevistas foram gravadas por meio de aparelho celular e, posteriormente, transcrito na íntegra.

## **ANÁLISE DOS DADOS**

A análise de conteúdo foi construída a partir da leitura exaustiva das entrevistas. Para Minayo (1999), o analista de conteúdo exercita com maior profundidade esse esforço de interpretação e o faz não só sobre os conteúdos manifestos, como também sobre os latentes.

A verificação de conteúdo reside na decomposição do discurso, a partir das quais se torna possível uma reconstrução de significados que apontem uma compreensão mais profunda da interpretação da realidade do entrevistado (MINAYO, 1999).

O texto de análise foi construído e dividido em categorias de acordo com o conteúdo. O mesmo deu-se pelo seguinte percurso: transcrição das entrevistas na íntegra e leituras flutuantes para identificar temas de destaque. Após a leitura exaustiva das entrevistas, foram construídas categorias que abrangem temas presentes.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise crítica dos dados está dividida em quatro categorias, tratadas na sequência: (I) capacitismo; (II) estética, corpo e padronização; (III) preconceito e estigma e (IV) acessibilidade arquitetônica. Para as categorias (II), (III) e (IV) acrescentamos questões que nos ajudam a interpretar os dados. Para a categoria (II) abordaremos questões sobre a valorização do corpo do profissional de Educação Física. Já na categoria (III) as questões sobre

preconceito e estigma versam sobre o corpo com deficiência física e na categoria (IV) Acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência física: quem tem o direito de ir e vir?

## CAPACITISMO

Segundo Vendramin (2019, p.17), o capacitismo seria uma “leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes”. Camargo, Carvalho (2019) aponta que o capacitismo consiste na crença de que pessoas fisicamente aptas são superiores às pessoas com deficiência, caracterizando um *status* de segunda classe, inferior, em comparação às pessoas sem deficiência. Desse modo, o capacitismo “é um neologismo que sugere um afastamento da capacidade, da aptidão, pela deficiência” (DIAS, 2013, p. 13).

Em relação à entrevista, os alunos foram convidados a se posicionarem sobre a percepção que tinham acerca do trabalho da *personal trainer*. Foi possível observar, nas falas registradas, a forma capacitista que alguns alunos percebem a professora, conforme relatos a seguir:

Não vejo muita diferença (comparação com professores sem deficiência), não dá para perceber uma diferença, sei lá... Parece até melhor, não sei (Sônia).<sup>4</sup>

Eu fiquei me perguntando se o fato dela ser cadeirante me impediria de alcançar meus objetivos. Tentei e deu certo (Thiago).

Pra mim é normal, como se ela não fosse (pessoa com deficiência) (Cristina).

Os relatos acima indicam que a forma com que os alunos percebem a professora está, de alguma forma, atrelada aos resultados obtidos por eles, sob a supervisão da profissional. As alunas Sônia e Cristina compararam a *personal* a profissionais sem deficiência. Para elas, esta comparação parece ser positiva, uma vez que pode minimizar a condição de deficiência da professora. Além disso, atribuem a professora uma classe “elevada” / superior, de sucesso profissional, quando ela concretiza a obtenção de resultados

---

<sup>4</sup> Todos os nomes dos alunos entrevistados são fictícios.

desejados pelos alunos. Indica também o reforço da “padronização” dos sujeitos, minimizando a condição da professora de pessoa com deficiência.

Percebemos que os alunos evidenciam, nas respostas acima, que fazem comparação entre a *personal* e os profissionais sem deficiência. A aluna Sônia ao relatar que não enxerga muita diferença nesta comparação, deixa implícito que a diferença existe, e que, de certa maneira, é uma diferença que inferioriza a professora, pois está caracterizada pela deficiência. De acordo com Franco, Carvalho e Guerra (2010) e Santos, Moreira e Gomes (2020), no caso da deficiência física, o corpo, que deveria passar despercebido, torna-se uma evidência inevitável. A revelação do físico que destoa salta aos olhos, desacreditando o sujeito e gerando um incômodo no ritual social. Já o aluno Thiago quando relata que para ele ter uma professora com deficiência física, cadeirante, é normal, seria como se ela não fosse uma pessoa com deficiência, mais uma vez a questão da diferença, marcada pelo corpo com deficiência, aparece para justificar o trabalho realizado pela professora. Segundo Le Breton (2013) o homem é moralmente reduzido apenas ao estado de seu corpo percebido como absoluto; é deduzido, de certa forma, pela maneira que aparece aos olhos dos outros.

Foi observado também, nas falas de Thiago, que a deficiência física da professora, que é paraplégica, provocou dúvidas acerca do seu trabalho (capacitismo). Ele relata que, ao contratar a profissional, seus resultados poderiam não ser alcançados, ou “impedidos”, devido à condição de deficiência da professora. Ainda ponderou: tentei e deu certo. Devemos considerar que nenhum profissional de Educação Física pode garantir resultados a seus alunos, independentemente de sua condição física, seja ela a de deficiência ou não. Os resultados dependem de situações multifatoriais e complexas. De fato, ao contratar um profissional de Educação Física para ministrar aulas como *personal trainer*, os alunos buscam resultados, sejam eles de qual natureza for, saúde, estética ou qualidade de vida. Quando se trata de um profissional com deficiência física para assumir esse papel, além da competência profissional que, ao nosso entendimento, deve ser inerente a todo profissional de Educação Física, com ou sem deficiência, a indagação

do aluno parece ter uma profundidade maior. Em específico, sobre a deficiência e suas implicações na vida profissional e, conseqüentemente, no resultado do trabalho a ser oferecido.

Dessa maneira, identificamos a predominância do estigma da incapacidade presente no discurso. Vale ressaltar que a fala de Thiago é fortemente atravessada pela perspectiva médica da deficiência. Conforme Franco, Carvalho; Guerra (2010) o discurso pode ser compreendido como uma prática social que, de alguma maneira, subjetiva os sujeitos e resulta em comportamentos sociais. No referido caso, é possível identificar que o discurso sobre o capacitismo, que circula na sociedade, faz seus reféns e se materializa em falas supostamente despretensiosas, mas que trazem no seu bojo a reprodução de preconceitos, historicamente construídos. Ainda sobre o capacitismo o estudo de Marques (1998) diz que as implicações políticas da institucionalização da deficiência, revela a perpétua associação da deficiência à incapacidade, afirmando que as pessoas com deficiência, encontram-se amordaçadas por uma ideia globalizante de incapacidade, que compromete tremendamente seu aproveitamento, inclusive no trabalho.

### **Valorização do corpo/ estética do profissional de Educação Física: existe corpo padrão?**

A valorização do corpo do professor de Educação Física é muito presente na sociedade contemporânea. O culto ao corpo magro, jovem, “perfeito” esteticamente impera nas academias. Segundo Le Breton (2013), o extremo contemporâneo erige como realidade de si e a qual o homem ostenta a imagem que pretende dar aos outros. Na pesquisa, percebemos, na narrativa de alguns participantes, que existe uma hierarquização dos sujeitos em função de seus corpos, perante um ideal de beleza e capacidade funcional. Isso pode ser observado em falas como:

Eu não busquei uma professora com deficiência, porque eu nem imaginava que isso podia existir” (Cristina, grifo nosso).

Carina<sup>5</sup> está super bem, em forma, super bem com o corpo, super bem cabeça e taí, entendeu? Nenhuma dificuldade física impôs nenhuma barreira para que ela conseguisse alcançar esses objetivos (Thiago).

Cristina, ao afirmar que não buscou uma professora com deficiência porque ela não imaginava que poderia existir um profissional nesta condição, deixa implícito que um profissional de Educação Física que vive com deficiência física, no imaginário da aluna, é uma situação impensada ou, no mínimo, fora da normalidade. É possível pensarmos que a ideia colocada de não imaginar que existiria uma *personal* com deficiência física, pode estar ligada ao capacitismo ou a um sentimento velado de rejeição contra tudo o que é diferente, “defeituoso”, “anormal”.

O relato de Thiago reforça a valorização do corpo para um *personal trainer*, afirmando que ela está “super bem” com o corpo, esteticamente. As duas falas denotam fortemente a ideia capacitista e preconceituosa. Para Valladão (2021), o professor de Educação Física acaba ficando sujeito à cultura do corpo “padrão” para apresentar-se como referência para seus alunos, que se baseia em meios de controle, mudança, atrito e julgamentos acerca da atuação profissional.

O estudo de Rosa e Assis (2013) evidencia como a percepção, no sentido de estética e eficiência, do corpo do profissional de Educação Física, pelos alunos, é um fator determinante na contratação desse profissional. Os autores entrevistaram 55 praticantes de academia, no Rio de Janeiro, com o objetivo de conhecer suas percepções e representações sociais acerca do corpo para o profissional de Educação Física. O resultado do estudo demonstrou que os alunos preferem ter aulas com os professores que eles consideram “sarados” e que há de fato a cobrança desse estereótipo de corpo. Ainda, para Le Breton (2013), o homem contemporâneo é convidado a construir o corpo, conservar a forma, modelar a aparência, ocultar o envelhecimento ou a fragilidade. O autor nos provoca a pensar que a valorização do corpo é uma característica contemporânea, reforçada pela

---

<sup>5</sup> Nome fictício da professora

cultura do corpo “padrão” e, qualquer marca que caracterize esse corpo de forma diferente dessa cultura (e aqui colocamos a deficiência física), deve ser escondido/ rejeitado.

Cabe aqui também ressaltar como a fala de Thiago remete novamente à perspectiva médica da deficiência. Nota-se que em sua fala ele diz “nenhuma dificuldade física impôs nenhuma barreira”. Temos aqui a inversão, para não dizer a subversão de valores e concepções. Dizer que a dificuldade física não impõe barreiras significa localizar no sujeito os impedimentos para sua participação nos diferentes contextos sociais e não o inverso disso. É preciso ressaltar que o modelo social e o biopsicossocial de deficiência deixam claro que os impedimentos relacionados à participação social das pessoas com deficiência se encontram nas barreiras sociais existentes, particularmente, na interação entre as pessoas com deficiência e essas barreiras. Nesse caso, dizer que as dificuldades não impõem barreiras se configura em uma atitude capacitista e, infelizmente, naturalizada na nossa sociedade.

## **PRECONCEITO E ESTIGMA COM O CORPO COM DEFICIÊNCIA**

Um ponto central a ser discutido neste estudo refere-se ao preconceito explícito ou velado. As pessoas com deficiência, ao longo da sua existência, atravessaram e, ainda atravessam, situações de preconceito. A discussão sobre preconceito é fundamental para que possamos nos desprender das amarras sociais que normalizam e padronizam os indivíduos. Existem diferentes conceitos sobre o preconceito. Haslam (2016), aponta noções diversas para a compreensão do conceito de preconceito, que vão desde a intolerância flagrante e explícita até uma forma de aversão simbólica, sutil e, muitas vezes, inconsciente. Já Pereira, Torres e Almeida (2003) compreendem o termo como um produto das relações de poder entre grupos. As representações ideológicas geradas nessas relações são utilizadas como justificativas para processos discriminatórios e depreciativos contra membros de grupos minoritários. Para Crochík (1996), as relações pessoais dos preconceituosos se dão por meio de categorias que permitem classificar os indivíduos, o que

impede que a experiência individual possa se contrapor ao estereótipo. Na fala de Cristina, abaixo, é possível perceber o que o Crochík afirmou.

Com ela eu vi a atividade, enfim, pela performance dela, não considerando as condições dela (a deficiência física), não estou levando isso em consideração. É uma pessoa supercompetente, que tem uma compreensão do corpo, que tem informação. Ela é realmente muito competente (Cristina).

Na fala de Cristina, ela afirma que a professora conhece e compreende o corpo do aluno em atividade e que ela é competente. Porém, após essa afirmação, deixou claro que não está levando em consideração a deficiência da profissional. Neste sentido, entendemos que Cristina valoriza o conhecimento da professora, mas, por outro lado, coloca a condição de deficiência vivida pela professora como algo a não ser considerado, quando fala da competência dela, reproduzindo padrões de preconceito naturalizados na sociedade. Em outro trecho de sua fala ela continua:

Nós já nos conhecíamos e numa conversa eu comentei com ela que eu estava sem atividade, precisando muito, e ela falou assim: então vamos fazer. Eu tomei um susto, porque eu conhecia todas as habilidades dela, inclusive, mas menos de professora de Educação Física. Então eu fiquei muito surpresa e na hora eu nem questioneei, fiquei naquela: Meu Deus, como será? Né? Como será? Mas não tive medo de que fosse ruim, fiquei só curiosa, surpresa e curiosa. Enfim, vi que, nada haver, não tem nada haver uma pessoa ser cadeirante e ser professora de Educação Física, né? São coisas absolutamente compatíveis, né? (Cristina).

15

No primeiro momento, Cristina se surpreende ao ter conhecimento de que Carina é professora de Educação Física. Ela relatou que já conhecia Carina em outras atividades profissionais, mas não como *personal*. Fica nítido que a surpresa não se deu pelo fato de Carina ser professora, mas de ser uma pessoa com deficiência física, usuária de cadeira de rodas, e ser *personal trainer*. A aluna continuou dizendo que, ao tomar ciência de que Carina era professora de Educação Física, no momento, ela não teve medo da experiência de ser aluna.

As falas da aluna Cristina indicam que a professora ocupa um lugar social que, geralmente, é impensado para pessoas com deficiência física. Algumas situações sociais vividas por pessoas com deficiência podem

contribuir com esse imaginário excludente. Uma possibilidade que nos ajuda a pensar sobre essa afirmação refere-se à baixa entrada de pessoas com deficiência no Ensino Superior.

Um dado a ser destacado, sobretudo após as legislações que versam sobre a inclusão de pessoas com deficiência no Brasil, é o aumento (in)significativo de pessoas com deficiência que chegam ao ensino superior. Desde de 2011, as matrículas das pessoas com deficiência nos cursos de graduação (presenciais e à distância) começam a compor a Estatística da Educação Superior. Nesse primeiro ano, são contados 22.367 educandos com deficiência que foram matriculados nos cursos de Graduação, representando 0,33% do total de alunos matriculados no Ensino Superior. Em 2021, esse contingente chegou número de 63.404, que representa 0,71% do total de alunos matriculados no Ensino Superior e, desses alunos, 20.206 são caracterizados com deficiência física (INEP, 2021).

Ainda refletindo sobre o preconceito com as pessoas com deficiência, outro aspecto a ser considerado é o estigma da subalternização. De acordo com Piccolo (2022a), dentre as diferenças mais suscetíveis a serem estigmatizadas estão seguramente as que se mostram sobressaliente nos corpos. Para o autor, as pessoas com deficiência física se mostram particularmente impactadas por dito processo. No relato abaixo, é observado, dentre outras situações de preconceito, que as pessoas com deficiência, no contexto atual, ainda são comparadas às pessoas em situação de desvalidos.

Ela entra pelo elevador, pela garagem, o porteiro a ajuda a sair, ninguém nunca se queixou disso, pelo contrário, acho que eles se sentem orgulhosos de poder participar disso, surpresos. Inclusive, admirando, eu acho. Tipo, olha, com tanta gente com dedinho machucado pedindo esmola na esquina, e ela, né? Com essa deficiência, com essas limitações, dando aula, pegando seu carro, dirigindo, né? No caso dela, o que prova que, apesar de..., ela é tão competente quanto (Cristina).

Destacam-se três situações de preconceito na fala acima. A primeira é o sentimento de compaixão manifestado pela aluna, quando afirma admiração pela professora, atribuindo a admiração a sua independência em

dirigir e locomover-se sem ajuda de terceiros. O estudo de Barsaglini e Biato (2012) analisou os sentimentos de compaixão e piedade diante da deficiência física, e afirmou que esses sentimentos comportam a prévia interpretação do sujeito, de acordo com parâmetros sociais e morais, de funcionalidade, beleza/perfeição para análise do corpo, cujos desvios podem gerar aversão, repulsa, vergonha, culpa, mas também fascínio.

A segunda situação refere-se a uma visão de “superação” da deficiência, quando compara a professora com pessoas que têm alguma deficiência e estão nos sinais pedindo ajuda. A aluna, ao fazer essa analogia, revela o lugar social que ela acredita que as pessoas com deficiência, devido a sua condição, tendem a ocupar e, quando ocupam outros espaços, como o de ser professora/*personal trainer*, superam as expectativas. Esse lugar, de subalternização que as pessoas com deficiência são colocadas reforça, cruelmente, o estigma pela lente do qual elas são percebidas. É importante dizer que a concepção de superação está fortemente ligada à concepção de padronização e normalidade. De acordo com Vendramin (2019), as pessoas com deficiência são geralmente tratadas com atitudes baseadas em invisibilidade e hipervisibilidade, reduzidas a estereótipos estigmatizados e socialmente construídos, como os discursos da superação (herói/heroína) e da caridade (coitado/a).

Por fim, a terceira situação sobre preconceito aparece quando Cristina afirma que a professora tem pontos positivos como qualquer outro profissional, apesar de ser uma pessoa com deficiência. Essa fala nos remete ao estigma que a pessoa com deficiência física pode carregar socialmente. A fala da aluna ao dizer “apesar de” evidencia, de forma contundente, que a deficiência precede o sujeito. Nesse caso, novamente é preciso ressaltar como o modelo médico de deficiência encontra-se cristalizado e naturalizado nos comportamentos sociais. Para a pessoa com deficiência será sempre apesar de. Se pensarmos em uma sociedade na qual a diferença seja uma condição social (BURBULES, 2003), teríamos falas completamente diferentes da que apresentamos aqui. Falas como a de Cristina nos remetem à necessidade de construção de uma cultura em que a diferença e a

diversidade estejam postas. É necessário construir uma cultura do respeito às diferenças em contraponto à cultura do apesar de.

Sob o viés do preconceito e do que temos culturalmente construído, a aluna também relatou:

Aqui no prédio, em outros lugares quando eu mencionava que ela era minha *personal*,... mas como assim? Gente aqui no elevador me questionou e tal... Então você vê que realmente que a desinformação é muito grande, né? E o preconceito é muito grande, o preconceito mais que a desinformação, né? E morreu, né? Tá cadeirante, coitada... coitada...Vai para a esquina pedir, né? Ou então vai ficar em casa tristonha, alguém vai empurrar aquela cadeira. É um mundo que você não conhecia e passou a conhecer e só te enriquece, como pessoa. Mas ela empurra a cadeira com os braços. Então, quero dizer, não é uma pessoa paralisada por conta de uma fatalidade (Cristina).

Essas falas corroboram com as discussões sobre preconceito realizadas anteriormente. Cristina relata a estranheza causada nas pessoas ao perceberem que a pessoa com deficiência física é *personal trainer*, sendo este fato questionado por vizinhos. Interessante destacar que Cristina atribui esse estranhamento das pessoas, em relação a profissional, como preconceito, que de fato é. Mas, nas falas anteriormente destacadas, Cristina, antes de contratar a professora, também fez questionamentos sob a ótica capacitista e preconceituosa. Tais fatos nos fazem refletir sobre a complexidade humana e as contradições tão presentes em nossos comportamentos. Além disso, nos chamam a atenção para o olhar que colocamos sobre o comportamento do outro diferente daquele que colocamos sobre nós mesmos.

Observamos ainda que Cristina tenta amenizar a situação de deficiência vivida pela professora, pontuando sua independência para locomover-se. Afirma que a professora não ficou “paralisada” pela tragédia ocorrida. A tragédia a qual a aluna se refere foi o acidente automobilístico que a professora sofreu, aos 17 anos de idade, ficando paraplégica. Para Barsaglini (2012), as tentativas de amenizar o que se apresenta como deficiência, seja em gestos, seja em palavras politicamente corretas, mascaram preconceito. Portanto, ainda percebemos que são muitas barreiras e obstáculos que as pessoas com deficiência enfrentam para

estudar, trabalhar e serem reconhecidas como profissionais. Sendo o preconceito parte da luta vivenciada, cotidianamente, por essas pessoas.

### **ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: QUEM TEM O DIREITO DE IR E VIR?**

Foi possível identificar e descrever, a partir da perspectiva dos alunos, a presença de barreiras que podem dificultar o acesso da professora em alguns ambientes. Neste estudo, identificamos algumas barreiras arquitetônicas percebidas pelos alunos, (estrutura física ou acessibilidade física), sobretudo no ambiente de academias. É importante destacar que todo o indivíduo, independentemente de sua condição, tem direitos e deveres perante a sociedade. Um desses direitos é o direito de ir e vir, como está previsto na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Nesta perspectiva, algumas leis asseguram a acessibilidade de pessoas com deficiência em diversos âmbitos sociais. A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. A referida lei define acessibilidade como possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000).

Já o decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), regulamenta a Lei 10.098 de dezembro de 2000 e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Esse decreto determina que a concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a legislação específica e as regras contidas no decreto. De

acordo com Razuck *et al*, (2021), o mesmo foi estabelecido para os centros de ginástica e academias, devido à grande maioria não se adequarem as normas ocasionando uma dificuldade e/ou impossibilitando o acesso da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. A ABNT passou por reformulações ao longo dos anos, sendo a última versão elaborada em 2020, (NBR 9050/2020) (ABNT, 2020), que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

Em relação às barreiras arquitetônicas, alguns participantes, de modo geral, pontuaram sobre a ausência de acessibilidade nas academias para o pleno acesso de pessoas com deficiência, conforme mostram as falas a seguir:

Acho que várias academias já têm essa noção de acessibilidade, porque ela tem ido, né? Há algumas e eu vejo que perto da casa dela, por exemplo, tem uma academia maravilhosa e não tem acessibilidade nas ruas, ela poderia estar indo de cadeira, nem usar o carro, mas eles fazem um acesso aqui, como eu estou te falando, não fazem ali, falta um pouco só isso, a noção de todos para viabilizar a vida de todo mundo (Sônia).

Acho que, pelo fato de uma academia talvez não tenha muita acessibilidade em aparelhos, locomoção, porque os aparelhos ficam praticamente um do lado do outro, né. Academias também poderiam ser mais acessíveis, né? Em todos os termos (Teresa).

Sobre acessibilidade arquitetônica, o resultado da pesquisa conduzida por Ortega *et al* (2021), também apontou que as instalações de 429 academias pesquisadas, em diversos países, não são totalmente acessíveis para pessoas com deficiência. Indicaram que há necessidade de mais pesquisas para analisar a acessibilidade das academias na América Latina.

Em outro estudo, de Razuck (2021), evidenciou a presença de barreiras arquitetônicas em academias. Foi analisado o nível de acessibilidade para cadeirantes nas academias da zona sul, na cidade do Rio de Janeiro. Foram pesquisadas 20 academias, possibilitando concluir que todas as academias pesquisadas não apresentaram acessibilidade necessária para cadeirantes.

No estudo de Ferreira *et al* (2018) os autores analisam a acessibilidade para cadeirantes a partir da escala de Vidor “Acessibilidade Nota 10”, em 15

academias de ginástica, na zona oeste do Rio de Janeiro. O estudo demonstrou que as academias não atendem aos quesitos de acessibilidade nota 10 e descumprem a legislação. Neste sentido, as referidas academias que foram incluídas neste estudo não estão preparadas para atender adequadamente usuários de cadeira de rodas.

Os estudos apresentados acima nos ajudam a pensar como as barreiras arquitetônicas limitam a participação social das pessoas de forma geral, não só das pessoas com deficiência, mas também idosos e obesos. Esse fato acaba por reforçar, no caso das pessoas com deficiência, a condição dessa deficiência e retira da sociedade, de alguma maneira, a responsabilidade pela não participação dessas pessoas nos diferentes contextos. Assim, podemos entender que, apesar da *personal trainer* ministrar aulas também em academias, os alunos percebem que algumas barreiras ainda são encontradas para o pleno acesso das pessoas com deficiência física nesses ambientes, corroborando com os estudos acima citados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo centrou-se nas percepções dos alunos acerca da atuação profissional de uma profissional de Educação Física, com deficiência física. Foram construídas, para análise das entrevistas, quatro categorias, sendo elas: capacitismo; estética, corpo e padronização; preconceito e estigma; acessibilidade arquitetônica.

Sobre a categoria capacitismo, foi percebido que, em certos momentos, o trabalho da professora foi julgado/ questionado, sobretudo pela deficiência física. Alguns alunos compararam a *personal trainer* com profissionais sem deficiência, como modo de relativizar a deficiência, e atribuíram a professora uma classe “elevada”, ou seja, de sucesso profissional, quando concretizavam a obtenção de resultados desejados por eles. Salientamos também que a deficiência da professora causou incerteza sobre o resultado que os alunos buscavam ao contratá-la. Reiteramos que as pessoas com deficiência se encontram fortemente limitadas, no imaginário

social, por uma ideia globalizante de incapacidade, que pode comprometer a expectativa de sua participação, no caso, no ambiente profissional.

Na categoria valorização do corpo do profissional de Educação Física, o pensamento estereotipado do corpo “padrão”, foi verificado nas narrativas dos alunos, quando informam que a professora faz prática de exercícios físicos e está “super bem” com seu corpo. Sendo este, um fator importante para contratação da professora. Isso significa que o capacitismo, como forma de julgamento da eficiência da professora, no primeiro momento, antes de sua contratação, foi percebido nas falas dos alunos. Também, o olhar dos alunos para a deficiência da professora é balizado pelo modelo médico/ biológico, sobretudo no sentido de (in)eficiência do funcionamento do seu corpo.

Na terceira categoria, sobre preconceito, foi percebido que os alunos reconhecem a professora como boa profissional, porém, em muitas situações, rejeitam a condição de deficiência. Foi observado que a profissão de *personal trainer* para pessoas com deficiência física é impensada ou anormal. O preconceito por meio do estigma da subalternização quando comparam a professora a outras pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social. Por fim, afirmam que apesar de ser uma pessoa com deficiência, é boa profissional.

Na quarta e última categoria, acessibilidade arquitetônica, foi verificado que a acessibilidade é um fator que, apesar dos avanços na sociedade, no que tange às leis de inclusão e acessibilidade, bem como, o crescimento dos debates no campo teórico acerca deste tema, infelizmente, na prática, está bem distante de uma sociedade acessível. Mesmo a professora atuando como *personal trainer* em academia, os alunos citaram muitas barreiras físicas que precisam ser enfrentadas pela professora neste ambiente. Dessa forma, a falta de rampas de acesso, o distanciamento dos aparelhos na academia, o banheiro adaptado e pisos irregulares, são exemplos de impeditivos para acessibilidade social e laboral da pessoa com deficiência física.

A pesquisa evidenciou que a atuação profissional da *personal trainer* contratada pelos entrevistados é ativa e respaldada pelos conhecimentos

técnicos e científicos da Educação Física. Reforça-se que esses aspectos devem ser inerentes a professores com ou sem deficiência. Poucos estudos foram desenvolvidos a respeito do tema, portanto, necessita-se aprofundar a pesquisa nessa temática, sobretudo, destinado a percepção dos alunos de professores de Educação Física com deficiência física, para realizar contrapontos a este estudo. Por meio de outros grupos, com outras realidades, será possível traçar paralelos com a presente pesquisa. Além disso, entendemos ser importante desenvolver estudos que evidenciem mais as atuações profissionais de pessoas com deficiência como forma de romper com a cultura da exclusão e se dar passos mais adiante na construção de uma cultura que pense a sociedade para todos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de A.; ARAÚJO, R. de C. T. Características de Alunos com Deficiência Física na Percepção de Seus Professores: um Estudo sob os Parâmetros Conceituais da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. **Revista Brasileira de Educação Especial** [online]. 2018. DOI: [10.1590/S1413-65382418000100002](https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000100002). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/94xxGnpmMwvyMxR8bPHQdGf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

APPIAH, K. A. **Na casa de meu pai**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BARSAGLINI, R. A.; BIATO, E. C. L. Compaixão, piedade e deficiência física: o valor da diferença nas relações heterogêneas. Uma versão preliminar deste texto foi apresentada sob o título "Deficiência física, compaixão e piedade: entre sentimentos e interpretações", como comunicação oral em sessão sobre Estudos Históricos. In: V Congresso Ibero-americano de pesquisa qualitativa em saúde. **Anais [...]**, Lisboa/Portugal, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei N.º 10.098 de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: DOU, 2000.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Org.). 2. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2004.

BURBULES, N.C. Uma gramática da diferença: algumas formas de repensar a diferença e diversidade com tópicos educacionais. Tradução de Dinah Abreu Azevedo. In: MOREIRA, A. F. B.; GARCIA, R. L. (Orgs). **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios**. São Paulo. Cortez, 2003, p.175-206.

CAMARGO, F. P. de; CARVALHO, C. P.D. Direito à Educação de Alunos com Deficiência: a Gestão da Política de Educação Inclusiva em Escolas Municipais Segundo os Agentes Implementadores. **Revista Brasileira de Educação Especial [online]**. 2019. Doi:10.1590/s1413-65382519000400006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/XRCWL7VZfdx9LvWK4CVQKnN>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

CANDAU, V. M. F. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 235–250, jan. 2012. DOI: doi.org/10.1590/S0101-73302012000100015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/QL9nWPmwbhP8B4QdN8yt5xg>. Acesso em: 12 de janeiro de 2023.

CROCHÍK, J. L. Preconceito, indivíduo e sociedade. *Temas Psicol.*, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, dez. 1996.

DIAS, A. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social. II Simpósio Internacional de Estudos sobre Deficiência, São Paulo, 2013. In: **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2013.

DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2012

FERNANDES, A. P. C. dos S.; DENARI, F. E. Pessoa com deficiência: estigma e identidade. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 26, n. 50, p. 77-89, dez. 2017.

FERREIRA, W. S. *et al.* O acesso para cadeirantes em academias de ginástica: um estudo realizado na zona oeste do Rio de Janeiro. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada, Marília**, v. 19, n. 1, p. 39-48, 2018.

FRANCO, M. A. M.; CARVALHO, A. M.; GUERRA, L. B. Discurso médico e discurso pedagógico: interfaces e suas implicações para a prática pedagógica. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 16, n. 3, p. 463–478, set. 2010.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HASLAM, N. Concept Creep: Psychology's Expanding Concepts of Harm and Pathology. **Psychological Inquiry, Abingdon**, v. 17, n. 1, p. 1-17, jan./mar. 2016.

HALL, S. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e Willian Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; Apicuri, 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo da Educação Superior**. Brasília: INEP, 2021.

KIM, J. H. **O estigma da deficiência física e o paradigma da reconstrução biocibernética do corpo**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LE BRETON, D. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. Tradução de Mariana Appenzeller. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

MARQUES, C. A. Implicações políticas da institucionalização da deficiência. **Educação & Sociedade**, v. 19, n. 62, p. 105-122, abr. 1998.

MINAYO, M. C.de S. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Como usar a CIF: Um manual prático para o uso da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)**. Versão preliminar para discussão. Genebra: OMS, 2013.

ORTEGA L. *et al.* Accesibilidad al entorno físico en instalaciones de acondicionamiento para personas con discapacidad física: una revisión integradora. **Rev. Cienc. Salud**, Bogotá, v. 19, n. 1, p. 53-73, abr. 2021.

PEREIRA, C.; TORRES, A. R. R.; ALMEIDA, S. T. Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 95-107, 2003.

PEREIRA, R. **Anatomia da diferença: normalidade, deficiência e outras invenções**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PICCOLO, G. M. **Por um pensar sociológico sobre a deficiência**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015.

PICCOLO, G. M. **O lugar da pessoa com deficiência na história: narrativa ao avesso da lógica ordinária**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022a.

PICCOLO, G. M. Pelo direito de aprender: contribuições do modelo social da deficiência à inclusão escolar. **Educação em Revista**, v. 38, p. e36926, 2022b.



PIECZKOWSKI, T. M. Z.; GAVENDA, M. L. Narrativas de Mulheres com Deficiência Visual. **Revista Brasileira de Educação Especial [online]**, n. 27, p. e0171, 2021.

RAZUCK Y. R. *et al.* Acessibilidade para cadeirantes em academias de ginástica na zona sul do Rio de Janeiro. **Revista Associação Brasileira Atividade Motora Adaptada**, Marília, v. 22, n. 1, p. 71-80, jan./jun., 2021.

REIS, J. G.; ARAÚJO, S. M.; GLAT, R. Autopercepção de pessoas com deficiência intelectual sobre deficiência, estigma e preconceito. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 32, p. e103/1-16, 2019.

ROSA, J. T. V. da; ASSIS, M. R. de. A expectativa dos frequentadores de academia em relação ao corpo do professor de educação física. **Corpus et Scientia**. v. 9, n. 1, p. 79-88, jan. 2013.

SANTOS, T. V. DOS .; MOREIRA, M. C. N.; GOMES, R.. “Eu esqueço que sou deficiente”: interações e sociabilidade de adolescentes com deficiência física que praticam esportes. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 2, p. e00014219, 2020.

SILVA, O. M. “**A Epopéia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**”. 2. ed. São Paulo: Cedas, 1987.

VALLADÃO, R. Corpo, corpolatria e performatividade na educação física. **Revista Dissertar**, v. 1, n. 36, p. 75-82, 2021.

VENDRAMIN, C. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos, Campinas, 2019. *In: Anais [...]*, p. 16-25, Campinas: UNICAMP, 2019.

Recebido em: 24 de abril de 2023.

Aprovado em: 07 de julho de 2023.

Publicado em: 14 de setembro de 2023.

